ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA HELENA
SETOR DE CONTRATAÇÃO

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250404PE00001
LICITAÇÃO Nº. 00001/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS
CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM
LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA HELENA
RUA PEDRO MUNIZ DE BRITO, 142 - CENTRO - SANTA HELENA - PB.
CEP: 58925–000 - E-mail: CPLSANTAHELENA.PB@GMAIL.COM - Tel.: (83) 35421055.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 11.245.287/0001–36, doravante **denominado simplesmente ORC** e que neste ato é também o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 08:00 horas do dia 17 de Abril de 2025, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Pregão nº 00001/2025, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e o fornecimento realizado na forma parcelada; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta visando o Registro de Preços para: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO DESTINADA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA PB.

Data de abertura da sessão pública: 17/04/2025. Horário: 08:00 - horário de Brasília.
Data para início da fase de lances: 17/04/2025. Horário: 08:30 - horário de Brasília.
Local: www.bllcompras.com.br

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO DESTINADA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA PB.
1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, onde consta, inclusive, a estimativa consolidada de quantidades máximas a serem eventualmente contratadas pelo ORC.
1.3.O certame visa selecionar a proposta mais vantajosa objetivando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, conforme a norma vigente.
1.4.O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nos termos do Anexo IV e nas condições previstas neste instrumento.
1.5.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.
1.6.A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
1.7.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.
1.8.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda especifica – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO DESTINADA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA PB –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.
1.9.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.
1.10.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 13:00 as 17:00 horas.
2.2.Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:
2.2.1.No endereço: www.bllcompras.com.br.

2.3.O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.
2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.
2.6.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO
3.1.Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:
3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;
3.1.2.ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;
3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;
3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
3.1.5.ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO;
3.1.6.ANEXO VI - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos;
3.1.7.ANEXO VII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP.
3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:
3.2.1.Pelos endereços eletrônicos:
3.2.1.1.www.tce.pb.gov.br;
3.2.1.2.www.bllcompras.com.br; e
3.2.1.3.www.gov.br/pncp.
3.3.Salienta-se que é parte integrante do presente instrumento convocatório, na forma de anexo, o correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

4.0.DO SUPORTE LEGAL
4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:
Entrega: 5 (cinco) dias.
5.2.O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.
5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de fornecimento contínuo.
5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:
Recursos não Vinculados de Impostos:
20.500 SECRETARIA DE SAUDE
2061 MANUTENÇÃO DA FARMACIA BÁSICA
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS SAÚDE
3390.32 99 MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.
5.5.Quando a validade da Ata de Registro de Preços ultrapassar o exercício financeiro atual, as despesas decorrentes de eventuais contratações futuras, correrão por conta das respectivas dotações previstas no orçamento do exercício financeiro posterior.
5.6.A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação do crédito correspondente, podendo ser realizada mediante apostilamento.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: www.bllcompras.com.br.
6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.
6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar–se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.
6.5.Não poderão participar os interessados:
6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e
6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.
6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.7.É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio: As regulares dimensão e complexidade do objeto desta contratação bem como as circunstâncias concretas do mercado correspondente, não requerem a associação entre proponentes, haja vista a existência de inúmeras empresas aptas a preencherem as condições específicas exigidas no presente certame. Nesse contexto, entende-se que a formação de consórcios acarretaria risco da dominação de mercado, através de pactos para eliminar a competição, reduzindo o universo da disputa, podendo retratar na composição entre eventuais interessados, que em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo, na figura do consócio, para suprimir a concorrência no processo, prejudicando, em última análise, a obtenção de proposta mais vantajosa.
6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

7.0.DO CREDENCIAMENTO
7.1.Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.bllcompras.com.br.
7.2.Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.
7.3.O licitante responsabiliza–se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê–los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
8.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
8.2.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:
8.2.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
8.2.2.Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal.
8.2.3.Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.
8.2.4.Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.
8.3.O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3°, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:
8.3.1.No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e
8.3.2.Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
8.4.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
8.5.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
8.6.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.
8.7.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
8.7.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
8.7.2.Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.
8.8.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
8.9.O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
8.10.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
8.11.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
8.12.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
9.1.O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:
9.1.1.Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;
9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;
9.1.3.Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria";
9.1.4.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.
9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I:
9.4.1.O Licitante não poderá ofertar proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, indicado na coluna "quantidade" do referido termo de referência.
9.5.A indicação de "própria" em campo especifico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.
9.6.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
9.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
9.8.Não será admitida a previsão de preços diferentes em decorrência do local de entrega do objeto da presente contração, mesmo quando distintos; ou em razão da forma e do local de acondicionamento; ou por qualquer outro motivo.
9.9.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
9.10.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
9.11.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
9.12.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
9.13.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:
10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:
10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:
10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centavo).
10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:
10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;
10.8.2.O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:
10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.
10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
10.17.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
10.20.Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.
10.21.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
10.23.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
10.24.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
10.25.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.
10.26.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:
10.26.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
10.26.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
10.26.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
10.26.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
10.27.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:
10.27.1.Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;
10.27.2.Empresas brasileiras;
10.27.3.Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
10.27.4.Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.
10.28.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:
10.28.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
10.28.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
10.28.3.Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;
10.28.4.O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
10.28.5.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.
10.29.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.
10.30.Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

11.1.Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.
11.2.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta:
11.2.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
11.2.2.Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pelo Pregoeiro, por outro meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
11.3.Será desclassificada a proposta vencedora que:
11.3.1.Contiver vícios insanáveis;
11.3.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;
11.3.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
11.3.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
11.3.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
11.4.É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:
11.4.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
11.4.2.A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
11.4.2.1.Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
11.4.2.2.Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
11.4.3.Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o item correspondente.
11.5.O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.
11.6.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.
11.7.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contração, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12.0.DA HABILITAÇÃO

12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.
12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3.**PESSOA JURÍDICA:**
12.3.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.
12.3.2.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
12.3.3.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta–se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
12.3.4.Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar–se–ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
12.3.5.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria–Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora–Geral da Fazenda Nacional.
12.3.6.Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.
12.3.7.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.
12.3.8.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
12.3.9.Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.
12.3.10.Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.
12.3.11.Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.
12.3.12.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.
12.3.13.Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo VI:
12.3.13.1.Declaração de ciência dos termos do Edital;
12.3.13.2.Declaração de inexistir fato impeditivo;
12.3.13.3.Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;
12.3.13.4.Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;
12.3.13.5.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e
12.3.13.6.Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4.**Documentação específica - pessoa jurídica:**
12.4.1.Licença Sanitária Estadual ou Municipal da sede do licitante.
12.4.2.Comprovação da Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE, emitida pela ANVISA, acompanhada, se for o caso, da autorização para comercialização de medicamentos controlados.

12.5.Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:
12.5.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou
12.5.2.De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.
12.6.Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:
12.6.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
12.7.A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
12.8.Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
12.8.1.Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
12.8.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
12.9.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.9.1.Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.
12.10.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:
12.10.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;
12.10.2.Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
12.10.3.Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;
12.10.4.A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;
12.10.5.A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;
12.10.6.Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
12.11.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
12.12.Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:
12.12.1.Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
12.13.Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:
12.13.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
12.13.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;
12.13.3.Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.
12.14.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.
12.15.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:
13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;
13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
13.2.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:
13.2.1.Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;
13.2.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.
13.3.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:
13.3.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;
13.3.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;
13.3.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor.
13.4.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
13.5.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.
13.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
13.7.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:
13.7.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.8.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.
13.9.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS
14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.
14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.
14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:
14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.
14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.bllcompras.com.br.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO
15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO
16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:
16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;
16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas:
16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;
16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preços ou a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.
16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.
16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e o fornecimento realizado de forma parcelada.
16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.0.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
17.1.Formalização e Cadastro de Reserva:
17.1.1.Após a homologação do certame, serão registrados na Ata de Registro de Preços, os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto neste Edital; e será incluído na referida ata, na forma de anexo, o registro:
17.1.1.1.Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
17.1.1.2.Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
17.1.2.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados:
17.1.2.1.A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;
17.1.2.2.Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17.1.3.A habilitação dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
17.1.3.1.Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
17.1.3.2.Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste Edital.

17.1.4.Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista neste Edital, poderá:
17.1.4.1.Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
17.1.4.2.Adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.2.Assinatura:
17.2.1.Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.
17.2.2.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado convocado, desde que:
17.2.2.1.A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
17.2.2.2.A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
17.2.3.Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, devidamente homologados, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do correspondente item, a respectiva quantidade, preço registrado e demais condições.
17.2.4.O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
17.2.5.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
17.2.6.Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.3.Vigência:
17.3.1.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.
17.3.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de fornecimento contínuo.

17.4.Vedação a acréscimos de quantitativos:
17.4.1.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

17.5.Controle e gerenciamento:
17.5.1.O controle e o gerenciamento das Atas de Registro de Preços serão realizados por meio de procedimentos de gestão de atas, quanto a:
17.5.1.1.Os quantitativos e os saldos; e
17.5.1.2.As solicitações de adesão.

17.6.Alteração ou atualização dos preços registrados:
17.6.1.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do bem registrado, nas seguintes situações:
17.6.1.1.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
17.6.1.2.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21; ou
17.6.1.3.Na hipótese de reajustamento sobre os preços registrados, prevista neste instrumento, nos termos do disposto na Lei 14.133/21.

17.7.Negociação de preços registrados:
17.7.1.Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:
17.7.1.1.Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;
17.7.1.2.Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto neste instrumento;
17.7.1.3.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;
17.7.1.4.Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.
17.7.2.Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso:
17.7.2.1.Para fins do disposto no subitem anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas. Na hipótese de comprovação dessa ocorrência, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;
17.7.2.2.Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e na legislação aplicável;

17.7.2.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto neste instrumento;
17.7.2.4.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;
17.7.2.5.O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

18.0.DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DO PREÇO REGISTRADO
18.1.Cancelamento do registro do fornecedor:
18.1.1.O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:
18.1.1.1.Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
18.1.1.2.Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
18.1.1.3.Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento; ou
18.1.1.4.Sofrer sanção prevista nos Incisos III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei 14.133/21. Nessa hipótese, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
18.1.2.O cancelamento do registro nas hipóteses previstas neste item será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
18.1.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18.2.Cancelamento dos preços registrados:
18.2.1.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
18.2.1.1.Por razão de interesse público;
18.2.1.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
18.2.1.3.Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto neste instrumento.

19.0.DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO
19.1.Formalização:
19.1.1.A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento hábil, na forma definida neste Edital, conforme as disposições constantes do Art. 95, da Lei 14.133/21.
19.1.2.O instrumento de que trata o subitem anterior, será assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19.2.Alteração do contrato:
19.2.1.O contrato eventualmente decorrente da ata poderá ser alterado, observado o disposto no Art. 124, da Lei 14.133/21.

19.3.Vigência do contrato:
19.3.1.A vigência do respectivo contrato será a estabelecida neste Edital, observadas as disposições do Art. 105, da Lei 14.133/21.

20.0.DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA
20.1.Competências:
20.1.1.A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços, decorrentes do presente certame, serão do ORC, através do Departamento de Compras, atuando como órgão gerenciador do sistema de registro de preços, ao qual compete, em especial:
20.1.1.1.Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
20.1.1.2.Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados; e
20.1.1.3.Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento deste certame.

21.0.DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE PARTICIPANTE
21.1.Competências:
21.1.1.O órgão ou a entidade participante é responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços, ao qual compete, em especial:
21.1.1.1.Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
21.1.1.2.Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
21.1.1.3.Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais; e
21.1.1.4.Prestar as informações solicitadas pelo órgão gerenciador do sistema de registro de preços quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

22.0.DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
22.1.A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada:
22.1.1.Pelo ORC, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle da Ata de Registro de Preços, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
22.2.O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

23.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE
23.2.1.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.
23.2.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA–IBGE acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
23.2.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.2.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
23.2.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
23.2.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
23.2.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
23.2.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
23.2.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

24.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO
24.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.
24.2.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

25.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO
25.1.Obrigações do Contratante:
25.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;
25.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;
25.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;
25.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

25.2.Obrigações do Contratado:
25.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
25.2.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;
25.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;
25.2.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
25.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;
25.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
25.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

26.0.DO PAGAMENTO
26.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.
26.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.
26.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.
26.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

27.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
27.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações

administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

27.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

28.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

28.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

28.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

28.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

28.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

29.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

29.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

29.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

29.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir–se–á o dia do início e incluir–se–á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

29.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.9.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

29.10.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.bllcompras.com.br; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Rua Pedro Muniz de Brito, 142 – Centro – Santa Helena – PB, nos horários normais de expediente: das 13:00 as 17:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

29.11.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba.

Santa Helena - PB, 04 de Abril de 2025.

JONIELSON DANTAS DE FIGUEIREDO
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA HELENA
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2025

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO DESTINADA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA PB.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO DESTINADA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA PB –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Acetado de Betametasona + Fosfato Dissódico de Betametasona 3 mg/mL+3 mg/Ml Sol Injetável	UNIDADE	100	30,19	3.019,00
2	Acetado de Hidrocortisona 10 mg /g 1% Creme	UNIDADE	200	12,09	2.418,00
3	Acetato de Sódio 2 mEq/mL Sol. Injetável (caixa com 50 ampolas)	UNIDADE	2	550,62	1.101,24
4	Acetazolamida 250 mg comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	10	15,76	157,60
5	Aciclovir 200 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	17	9,03	153,51
6	Aciclovir 50 mg/g (5%) creme	UNIDADE	150	4,52	678,00
7	Ácido Acetilsalicílico 100 mg comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	2	37,60	75,20
8	Ácido Fólico 5 mg Comprido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	16	32,20	515,20
9	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio) 250 mg Cápsula (caixa com 25 capsulas)	UNIDADE	80	13,79	1.103,20
10	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio) 50 mg/ mL Sol.	UNIDADE	25	9,32	233,00
11	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio) 500 mg Comprimido (caixa com 50 comprimidos)	UNIDADE	40	48,53	1.941,20
12	Água p/ Injetáveis 500 mg Sol. Injetável	UNIDADE	5000	15,90	79.500,00
13	Albendazol 40 mL Susp. Oral	UNIDADE	300	3,50	1.050,00
14	Albendazol 400 mg Comp (caixa com 100 comprimidos)	UNIDADE	4	75,24	300,96
15	Álcool Etílico 70% Solução Lt	UNIDADE	2000	7,70	15.400,00
16	Alendronato de Sódio 70 mg comprimido (caixa com 4 comprimidos)	UNIDADE	250	1,62	405,00
17	Alopurinol 100 mg Comp (caixa com 600 comprimidos)	UNIDADE	1	162,20	162,20
18	Amoxicilina pó p/ Susp. 50/mL	UNIDADE	4000	26,99	107.960,00
19	Amoxicilina + Clavulonato de Potácio 50/mL+125 mg/mL Susp. Oral	UNIDADE	200	32,79	6.558,00
20	Amoxicilina 500 mg Cápsula (caixa com 500 capsulas)	UNIDADE	20	171,95	3.439,00
21	Anlodipino 10 mg (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	67	2,58	172,86
22	Anlodipino 5 mg (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	67	1,40	93,80
23	Atenolol 25 mg Comp (caixa com 600 comprimidos)	UNIDADE	100	31,56	3.156,00
24	Atenolol 50 mg Comp. (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	1000	2,19	2.190,00
25	Azitromicina 40 mg/mL	UNIDADE	300	31,99	9.597,00
26	Azitromicina 500 mg (caixa com 300 comprimidos)	UNIDADE	67	1,44	96,48
27	Benzilpenicilina Benzantina 1.200.000 Ui Pó para Susp. Inj.	UNIDADE	2500	8,37	20.925,00
28	Benzilpenicilina Benzantina 1.200.000 UI Susp. Inj.	UNIDADE	500	19,29	9.645,00
29	Brometro de Ipratópio	UNIDADE	50	1,93	96,50
30	Budezonida 32 mcg Susp. Para Inação	UNIDADE	50	19,34	967,00
31	Captopril 25 mg Comp (caixa com 750 comprimidos)	UNIDADE	14	46,72	654,08
32	Carbamazepina 200 mg comp (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	500	139,75	69.875,00
33	Carbazapina Susp 20 mg/mL	UNIDADE	300	15,19	4.557,00
34	Carbegolina 0,5 Comp.	UNIDADE	60	14,24	854,40
35	Carbonatode Litio 300 mg (caixa com 60 comprimidos)	UNIDADE	34	0,45	15,30
36	Carverdilol 25 mg (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	30	6,45	193,50
37	Cefalexina 50 mg/mL Sup.	UNIDADE	300	30,17	9.051,00
38	Cefalexina 500 mg Cáp. (caixa com 10 capsulas)	UNIDADE	1500	1,07	1.605,00
39	Ceftriaxona 500 mg	UNIDADE	800	18,80	15.040,00
40	Ceftriaxona 1 g Inj	UNIDADE	2000	5,94	11.880,00
41	Ciprofloxacino 500 mg (caixa com 14 comprimidos)	UNIDADE	450	13,30	5.985,00
42	Clonazepan 2,5 mg/mL	UNIDADE	100	3,87	387,00
43	Cloreto de Potássio 2,56 M EQ /mL (19,1%)	UNIDADE	100	1,10	110,00
44	Cloreto de Sodio 3,4 MEQ /mL (20%) (caixa 2 ampolas)	UNIDADE	50	1,30	65,00
45	Cloretro de Prometazina 25 mg Sol. Inj	UNIDADE	5000	3,60	18.000,00

46	Cloridrato de Amiodarona 50 mg/ mL Sol. Injetável	UNIDADE	200	3,90	780,00
47	Cloridrato de Amitriptilina 25 mg comp. (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	1700	1,91	3.247,00
48	Cloridrato de Bipirideno 2 mg Comp (caixa com 80 comprimidos)	UNIDADE	188	44,59	8.382,92
49	Cloridrato de prometazina a 25 mg Comp (CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS)	UNIDADE	750	7,59	5.692,50
50	Cloridrato de Clopromazina 5 mg Sol. Inj	UNIDADE	50	2,85	142,50
51	Cloridarto de Clorpomazina 25 mg	UNIDADE	900	1,29	1.161,00
52	Dopamina 5mg Inj	UNIDADE	100	4,95	495,00
53	Cloridrato de Fluoxetina 20 mg Cápsula (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	60	75,25	4.515,00
54	Hidrazalina 25 mg (caixa com 20 drageas)	UNIDADE	10	13,60	136,00
55	Cloridrato de Lidocaina 2% Gel	UNIDADE	2000	7,50	15.000,00
56	Cloridrato de Lidocaina 100 mg/mL spray	UNIDADE	20	65,90	1.318,00
57	Lidocaina 20 mg/mL 2% Inj	UNIDADE	400	7,30	2.920,00
58	Cloridrato de Lidocaina +Hermitatarato de Epinefrina 2%+ 1.200.000 Sol. Inj.	UNIDADE	20	24,56	491,20
59	Cloridrato de Lidocaina +Hermitatarato de Epinefrina 1%+ 1.200.000 Sol. Inj.	UNIDADE	20	14,34	286,80
60	Dexametasona 4 mg Comp.	UNIDADE	200	3,65	730,00
61	Diazepam 10 mg Comprimido (caixa com 1000 comprimidos)	UNIDADE	6	82,80	496,80
62	Diazepam 5 mg Comprimido (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	15	12,88	193,20
63	Diazepam 5 mg/mL Sol. Injetável	UNIDADE	300	1,50	450,00
64	Digliconato de Clorexidina 0, 12% Sol. Bucal	UNIDADE	50	23,90	1.195,00
65	Digliconato de clorexidina 2 a 4 % Sol. P/ uso tópico	UNIDADE	100	24,00	2.400,00
66	Digoxina 0,25 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	65	11,69	759,85
67	Dinitrato de Isossorbida 5 mg Comprimido Sub lingual	UNIDADE	1000	11,99	11.990,00
68	Dipirona 500 mg /mL sol. Inj	UNIDADE	2000	1,80	3.600,00
69	Dipirona 500 mg Comprimido	UNIDADE	84	53,54	4.497,36
70	Diproprionato de Beclometasona 200 mcg/dose sol. Para inalação Oral	UNIDADE	10	43,88	438,80
71	Diproprionato de Beclometasona 50 mcg/dose sol. Para inalação Oral	UNIDADE	20	33,00	660,00
72	Diproprionato de Beclometasona 250 mcg/dose Sol. p/ Inal. Oral	UNIDADE	10	37,79	377,90
73	Epinefrina 1 mg Sol. Inj. (caixa com 100 ampolas)	UNIDADE	2	1,95	3,90
74	Espirolactona 100 mg comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	34	29,47	1.001,98
75	Espirolactona 25 mg comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	100	9,29	929,00
76	Estriol 1 mg/g Creme	UNIDADE	50	17,20	860,00
77	Fenitoína 50mg/mL Sol.Injetável (caixa com 100 ampolas)	UNIDADE	1	3,00	3,00
78	Fenitoina 100 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	4000	6,49	25.960,00
79	Fenobarbital 100 mg Comprimido (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	20	42,89	857,80
80	Fenobarbital 40 mg/mL sol. Oral	UNIDADE	100	5,75	575,00
81	Fluconazol 150 mg Cápsula (caixa com 100 capsulas)	UNIDADE	10	83,84	838,40
82	Flumazenil 0,1 mg/mL Sol. Injetável (caixa com 5 ampolas)	UNIDADE	10	9,67	96,70
83	Fosfato dissódico de Dexametasona 4 mg/ mL Sol. Injetável	UNIDADE	1500	2,52	3.780,00
84	Fosfato dissódico de Dexametasona 0,5 mg Comprimido (caixa com 20 comprimidos)	UNIDADE	300	12,35	3.705,00
85	Fosfato dissódico de Prednisolona 1 mg mg/mL Sol. Oral	UNIDADE	100	21,29	2.129,00
86	Fosfato dissódico de Prednisolona 3 mg/mL Sol. oral	UNIDADE	100	13,57	1.357,00
87	Furosemida 10 mg/mL Sol. Injetável	UNIDADE	500	1,55	775,00
88	Glicerol 120 mg/mL Sol retal	UNIDADE	20	12,60	252,00
89	Glicose 50 mg/mL 5(%) 500 mL sol. Inj.	UNIDADE	1000	7,55	7.550,00
90	Haloperidol 5 mg/mL Sol. Injetável (caixa com 50 ampolas)	UNIDADE	2	2,79	5,58
91	Haloperidol 1 mg Comprimido (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	3	55,90	167,70
92	Haloperidol 2 mg/mL Sol. Oral	UNIDADE	50	18,29	914,50
93	haloperidol 5 mg Comprimido (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	25	51,60	1.290,00
94	Hemitartarato de Norepinefrina 2 mg/ mL sol. Injetável	UNIDADE	150	6,89	1.033,50
95	Heparina Sódica 5000 UI/0,25 mL Sol. Injetável (caixa com 50 ampolas)	UNIDADE	1	9,03	9,03
96	Hidroclorotiazida 25 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	20	21,50	430,00
97	Hidroxido de Aluminio 61,5 mg/mL Susp. Oral(Frasco c/ 100 mL, 150 mL ou 240 mL Susp. Oral	UNIDADE	100	17,95	1.795,00
98	Ibuprofeno 50 mg/mL Susp. Oral	UNIDADE	300	19,17	5.751,00
99	Ibuprofeno 600 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	10	150,50	1.505,00
100	Itraconazol 100 mg Cápsula (caixa com 250)	UNIDADE	3	1,48	4,44
101	Lactato de Biperideno 5 mg/mL Sol. Injetável (caixa com 25 ampolas)	UNIDADE	2	83,07	166,14
102	Lactulose 667 mg/mL xarope	UNIDADE	50	19,39	969,50
103	Levodopa + benserazida 100 mg+ 25 mg Cápsula (caixa com 30 capsulas)	UNIDADE	25	2,24	56,00
104	Levodopa + benserazida 200 mg+ 50 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	25	3,17	79,25
105	Levodopa + carbidopa 250 mg + 25 mg Comprimido (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	4	1,33	5,32
106	Levoiroxina Sódica 25 mcg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	67	8,78	588,26
107	Levoiroxina Sódica 50 mcg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	100	9,64	964,00
108	Levoiroxina Sódica 100 mcg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	100	7,99	799,00
109	Loratadina 1 mg/mL Xarope	UNIDADE	200	4,73	946,00
110	Loratadina 10 mg Comprimido (caixa com 360 comprimidos)	UNIDADE	6	40,82	244,92
111	Losartana Potássica 50 mg Comprimido (caixa com 960 comprimidos)	UNIDADE	16	82,56	1.320,96
112	Maleato de dexclorfeniramina 2 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	10	43,00	430,00
113	Maleato de dexclorfeniramina 0,4 mg/ml xarope (caixa com 60 frascos)	UNIDADE	5	3,00	15,00

114	Maleato de Enalapril 10 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	20	30,10	602,00
115	Maleato de Enalapril 20 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	20	43,00	860,00
116	Maleato de Enalapril 5 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	2	40,55	81,10
117	Maleato de timolol 2, 5 mg/mL (0, 25 %) sol. Oftalmica	UNIDADE	10	11,00	110,00
118	Maleato de timolol 5 mg/mL (0,5%) sol. Oftalmica	UNIDADE	10	20,36	203,60
119	Mesilato de doxazosina 2 mg Comprimido	UNIDADE	600	7,50	4.500,00
120	Metildopa 250 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	12	344,00	4.128,00
121	Metronidazol 100 mg/g (10 %) Gel vaginal	UNIDADE	500	10,53	5.265,00
122	Metronidazol 400 mg Comprimido (caixa com 24 comprimidos)	UNIDADE	84	0,70	58,80
123	Metronidazol 250 mg Comprimido (caixa com 600 comprimidos)	UNIDADE	7	193,44	1.354,08
124	Mononitrato de isossorbida 20 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	17	7,15	121,55
125	Mononitrato de isossorbida 40 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	17	16,69	283,73
126	Nifedipino 10 mg comprimidos (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	84	5,26	441,84
127	Nistatina 100.000 UI/mL Susp. Oral	UNIDADE	150	14,99	2.248,50
128	Nitrato de miconazol 2% Creme Vaginal	UNIDADE	200	16,70	3.340,00
129	Nitrofurantoína 100 mg Cápsula (caixa com 28 capsulas)	UNIDADE	10	7,18	71,80
130	Óleo mineral (frasco)	UNIDADE	500	5,59	2.795,00
131	Omeprazol 20 mg Cápsula (caixa com 500 capsulas)	UNIDADE	40	43,00	1.720,00
132	Paracetamol 200 mg/mL Sol. Oral	UNIDADE	300	5,49	1.647,00
133	Paracetamol 500 mg Comprimido (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	30	23,64	709,20
134	Prednisona 20 mg Comprimido (caixa com 20 comprimidos)	UNIDADE	300	4,86	1.458,00
135	Prednisona 5 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	6	53,75	322,50
136	Sais para reidratação oral: cloreto de sódio, glicose anidra, cloreto de potássio, citrato de sódio di–hidratado ; Pó para sol. Orl (caixa com 4 envelopes)	UNIDADE	500	16,09	8.045,00
137	Sinvastantina 10 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	50	4,12	206,00
138	Sinvastatina 20 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	100	3,87	387,00
139	Sinvastatina 40 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	100	7,57	757,00
140	Solução ringer + lactato : lactato de sódio 3mg/mL + cloreto de sódio 6 mg/mL + cloreto de potássio 0,3 mg/mL + cloreto de cálcio 0,2 mg/mL; Sol. injetável	UNIDADE	500	16,90	8.450,00
141	Succinato de metoprolol 25 mg Comprimido de Liberação Controlada (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	34	14,39	489,26
142	Sucnato de Hidrocortizona 100 mg Pó p/ Sol. Injetável (caixa com 50 ampolas)	UNIDADE	10	4,32	43,20
143	Sucnato de Hidrocortizona 500 mg Pó p/ Sol. Injetável	UNIDADE	500	8,45	4.225,00
144	Sulfadiazina de prata	UNIDADE	300	15,19	4.557,00
145	Sulfametoxazol + trimetoprima 40 mg/mL + 8 mg/ mL Susp. Oral	UNIDADE	200	12,04	2.408,00
146	Sulfametoxazol + trimetoprima 400 mg + 80 mg Comprimido (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	10	64,48	644,80
147	Sulfato de Atropina Sol Inj (caixa com 100 ampolas)	UNIDADE	5	124,50	622,50
148	Sulfato de Magnésio 10 % (0,81 mEq/mL Mg ++) Sol. Injetável (caixa com 200 ampolas)	UNIDADE	1	1,72	1,72
149	Sulfato de magnésio 50% (4,05 mEq/mL Mg++) Sol injetável (caixa com 200 ampolas)	UNIDADE	1	9,64	9,64
150	Sulfato Ferroso 40 mg Comnprimido (caixa com 50 comprimidos)	UNIDADE	200	6,88	1.376,00
151	Sulfato Ferroso 5 mg/ mL xarope	UNIDADE	50	11,19	559,50
152	Tiras reagentes de medida de glicemia capilar; (compativel com o aparelho On call Plus usado em maior escala pela a população.)	UNIDADE	15000	0,90	13.500,00
153	Varfarina Sódica	UNIDADE	600	1,48	888,00
154	Cloridrato de Metformina 500 mg (caixa com 400 comprimidos)	UNIDADE	200	94,60	18.920,00
155	Cloridrato de Metformina 850 mg (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	50	47,30	2.365,00
156	Cloridrato de Metoclopramida 10 mg Comp (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	6	53,75	322,50
157	Cloridrato de Metoclopramida 5mg/mL Inj.	UNIDADE	1000	1,10	1.100,00
158	Cloridrato de Ondasetrona 8 mg comprimido (caixa com 10 comprimidos)	UNIDADE	200	4,20	840,00
159	Cloridrato de Propranolol 40 mg Comp (caixa com 6000 comprimidos)	UNIDADE	10	486,60	4.866,00
160	Decaonato de haloperidol 50 mg Inj.	UNIDADE	300	9,80	2.940,00
161	Paracetamol 200mg 15ml	UNIDADE	400	2,09	836,00
162	Predinisolona acetato 10mg% 5ml	UNIDADE	200	22,59	4.518,00
163	Atropina 0,25mg/ml (cx c/ 100 amp)	UNIDADE	2	1,35	2,70
164	Varfarina Sódica 5mg (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	1	12,19	12,19
				TOTAL	670.116,65

3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

3.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

3.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

3.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

4.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.
4.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.
4.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.
4.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.
4.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.
4.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA
5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:
Entrega: 5 (cinco) dias.
5.2.Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, será na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.
5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de fornecimento contínuo.

6.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE
6.2.1.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.
6.2.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA–IBGE acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
6.2.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
6.2.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
6.2.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
6.2.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
6.2.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.2.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
6.2.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

7.0.DO PAGAMENTO
7.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.
7.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.
7.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

8.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO
8.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

9.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO
9.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.
9.2.A administração e os demais atos de controle da correspondente Ata de Registro de Preços, decorrente do competente processo licitatório, serão realizados através do Departamento de Compras, atuando como Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.
9.3.Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando os preços praticados para os respectivos itens registrados, nas mesmas condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

10.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
10.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e

indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
10.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

11.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.0.DO MODELO DE PROPOSTA

12.1.É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utiliza-lo como referência - Anexo 01.

Vitória Sthephanny P. da Silva
Coordenadora Atenção Básica

VITÓRIA STHEPHANNY PEREIRA DA SILVA
COORDENADORA

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2025

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2025
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA HELENA - PB.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO DESTINADA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA PB.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Acetado de Betametasona + Fosfato Dissódico de Betametasona 3 mg/mL+3 mg/Ml Sol Injetável		UNIDADE	100		
2	Acetado de Hidrocortisona 10 mg /g 1% Creme		UNIDADE	200		
3	Acetato de Sódio 2 mEq/mL Sol. Injetável (caixa com 50 ampolas)		UNIDADE	2		
Etc.						

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R$

PRAZO DE ENTREGA:
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:
Banco:
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2025
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA HELENA - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2025
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA HELENA - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2025

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: ..../2025

Aos ... dias do mês de ... de ..., na sede do Setor de Contratação do Fundo Municipal de Saúde de Santa Helena, Estado da Paraíba, localizada na Rua Pedro Muniz de Brito - Centro - Santa Helena - PB, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00001/2025 que objetiva o registro de preços para: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO DESTINADA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA PB; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA HELENA - CNPJ nº 11.245.287/0001-36.

VENCEDOR:						
CNPJ:						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
					TOTAL	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00001/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pelo Fundo Municipal de Saúde de Santa Helena, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade

mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00001/2025 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- ....
Item(s):
Valor: R$
- ....
Item(s):
Valor: R$

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de São João do Rio do Peixe.

_____ _____
... ...

_____ _____
... ...

ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2025

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250404PE00001

CONTRATO Nº: ..../...-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA HELENA E ....., PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Fundo Municipal de Saúde de Santa Helena - Rua Eleine Soares Brasileiro, SN - Centro - Santa Helena - PB, CNPJ nº 11.245.287/0001-36, neste ato representado pelo Secretário de Saúde Thayanny Chrystynna Pinheiro Silva Soares, Brasileira, Casada, Professora, residente e domiciliado na Rua Joaquim Alves de Oliveira, 107 - Centro - Santa Helena - PB, CPF nº 043.525.584-35, Carteira de Identidade nº 55596152-7 SSP/SP, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ...., ... - ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ...., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:
Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00001/2025, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:
O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO DESTINADA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA PB.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00001/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:
O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R$ ... (...).
Representado por: ... x R$ ... .

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:
Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.
Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA–IBGE acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:
As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:
Recursos não Vinculados de Impostos:
20.500 SECRETARIA DE SAUDE
2061 MANUTENÇÃO DA FARMACIA BÁSICA
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS SAÚDE
3390.32 99 MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:
O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:
a - Entrega: 5 (cinco) dias.
A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de fornecimento contínuo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;
c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:
Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.
Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:
Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:
O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de São João do Rio do Peixe.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Santa Helena - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

_____

_____

PELO CONTRATANTE

_____

.....

PELO CONTRATADO

_____

.....

ANEXO VI - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2025

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2025
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA HELENA - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.
O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexiste até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado do Fundo Municipal de Saúde de Santa Helena, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ele vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.
O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.
O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO VII - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP [Publicidade: divulgação conjunta com o edital]

OBSERVAÇÃO: este anexo é representado pelo correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA HELENA

1.Introdução
Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.Objeto
Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO DESTINADA A FARMAC1A BASICA DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA PB.

3.Necessidade da contratação
A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO DESTINADA A FARMAC1A BASICA DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA PB –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

4.Alinhamento aos planos da Administração
A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

5.Requisitos da contratação
As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
ETP 1	Acetado de Betametasona + Fosfato Dissódico de Betametasona 3 mg/mL+3 mg/Ml Sol Injetável	UNIDADE	100
ETP 2	Acetado de Hidrocortisona 10 mg /g 1% Creme	UNIDADE	200
ETP 3	Acetato de Sódio 2 mEq/mL Sol. Injetável (caixa com 50 ampolas)	UNIDADE	2
ETP 4	Acetazolamida 250 mg comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	10
ETP 5	Aciclovir 200 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	17
ETP 6	Acielovir 50 mg/g (5%) creme	UNIDADE	150
ETP 7	Ácido Acetilsalicílico 100 mg comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	2
ETP 8	Ácido Fólico 5 mg Comprido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	16
ETP 9	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio) 250 mg Cápsula (caixa com 25 capsulas)	UNIDADE	80
ETP 10	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio) 50 mg/ mL Sol.	UNIDADE	25
ETP 11	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio) 500 mg Comprimido (caixa com 50 comprimidos)	UNIDADE	40
ETP 12	Água p/ Injetáveis 500 mg Sol. Injetável	UNIDADE	5000
ETP 13	Albendazol 40 mL Susp. Oral	UNIDADE	300
ETP 14	Albendazol 400 mg Comp (caixa com 100 comprimidos)	UNIDADE	4
ETP 15	Álcool Etílico 70% Solução Lt	UNIDADE	2000
ETP 16	Alendronato de Sódio 70 mg comprimido (caixa com 4 comprimidos)	UNIDADE	250
ETP 17	Alopurinol 100 mg Comp (caixa com 600 comprimidos)	UNIDADE	1
ETP 18	Amoxicilina pó p/ Susp. 50/mL	UNIDADE	4000
ETP 19	Amoxicilina + Clavulonato de Potácio 50/mL+125 mg/mL Susp. Oral	UNIDADE	200
ETP 20	Amoxicilina 500 mg Cápsula (caixa com 500 capsulas)	UNIDADE	20
ETP 21	Anlodipino 10 mg (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	67
ETP 22	Anlodipino 5 mg (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	67
ETP 23	Atenolol 25 mg Comp (caixa com 600 comprimidos)	UNIDADE	100
ETP 24	Atenolol 50 mg Comp. (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	1000
ETP 25	Azitromicina 40 mg/mL	UNIDADE	300
ETP 26	Azitromicina 500 mg (caixa com 300 comprimidos)	UNIDADE	67

ETP 27	Benzilpenicilina Benzantina 1.200.000 Ui Pó para Susp. Inj.	UNIDADE	2500
ETP 28	Benzilpenicilina Benzantina 1.200.000 UI Susp. Inj.	UNIDADE	500
ETP 29	Brometro de Ipratópio	UNIDADE	50
ETP 30	Budezonida 32 mcg Susp. Para Inação	UNIDADE	50
ETP 31	Captopril 25 mg Comp (caixa com 750 comprimidos)	UNIDADE	14
ETP 32	Carbamazepina 200 mg comp (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	500
ETP 33	Carbazapina Susp 20 mg/mL	UNIDADE	300
ETP 34	Carbegolina 0,5 Comp.	UNIDADE	60
ETP 35	Carbonatode Litio 300 mg (caixa com 60 comprimidos)	UNIDADE	34
ETP 36	Carverdilol 25 mg (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	30
ETP 37	Cefalexina 50 mg/mL Sup.	UNIDADE	300
ETP 38	Cefalexina 500 mg Cáp. (caixa com 10 capsulas)	UNIDADE	1500
ETP 39	Ceftriaxona 500 mg	UNIDADE	800
ETP 40	Ceftriaxona 1 g Inj	UNIDADE	2000
ETP 41	Ciprofloxacino 500 mg (caixa com 14 comprimidos)	UNIDADE	450
ETP 42	Clonazepan 2,5 mg/mL	UNIDADE	100
ETP 43	Cloreto de Potássio 2,56 M EQ /mL (19,1%)	UNIDADE	100
ETP 44	Cloreto de Sodio 3,4 MEQ /mL (20%) (caixa 2 ampolas)	UNIDADE	50
ETP 45	Cloretro de Prometazina 25 mg Sol. Inj	UNIDADE	5000
ETP 46	Cloridrato de Amiodarona 50 mg/ mL Sol. Injetável	UNIDADE	200
ETP 47	Cloridrato de Amitriptilina 25 mg comp. (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	1700
ETP 48	Cloridrato de Bipirideno 2 mg Comp (caixa com 80 comprimidos)	UNIDADE	188
ETP 49	Cloridrato de prometazina a 25 mg Comp (CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS)	UNIDADE	750
ETP 50	Cloridrato de Clopromazina 5 mg Sol. Inj	UNIDADE	50
ETP 51	Cloridarto de Clorpomazina 25 mg	UNIDADE	900
ETP 52	Dopamina 5mg Inj	UNIDADE	100
ETP 53	Cloridrato de Fluoxetina 20 mg Cápsula (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	60
ETP 54	Hidrazalina 25 mg (caixa com 20 drageas)	UNIDADE	10
ETP 55	Cloridrato de Lidocaina 2% Gel	UNIDADE	2000
ETP 56	Cloridrato de Lidocaina 100 mg/mL spray	UNIDADE	20
ETP 57	Lidocaina 20 mg/mL 2% Inj	UNIDADE	400
ETP 58	Cloridrato de Lidocaina +Hermitatarato de Epinefrina 2%+ 1.200.000 Sol. Inj.	UNIDADE	20
ETP 59	Cloridrato de Lidocaina +Hermitatarato de Epinefrina 1%+ 1.200.000 Sol. Inj.	UNIDADE	20
ETP 60	Dexametasona 4 mg Comp.	UNIDADE	200
ETP 61	Diazepam 10 mg Comprimido (caixa com 1000 comprimidos)	UNIDADE	6
ETP 62	Diazepam 5 mg Comprimido (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	15
ETP 63	Diazepam 5 mg/mL Sol. Injetável	UNIDADE	300
ETP 64	Digliconato de Clorexidina 0, 12% Sol. Bucal	UNIDADE	50
ETP 65	Digliconato de clorexidina 2 a 4 % Sol. P/ uso tópico	UNIDADE	100
ETP 66	Digoxina 0,25 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	65
ETP 67	Dinitrato de Isossorbida 5 mg Comprimido Sub lingual	UNIDADE	1000
ETP 68	Dipirona 500 mg /mL sol. Inj	UNIDADE	2000
ETP 69	Dipirona 500 mg Comprimido	UNIDADE	84
ETP 70	Diproprionato de Beclometasona 200 mcg/dose sol. Para inalação Oral	UNIDADE	10
ETP 71	Diproprionato de Beclometasona 50 mcg/dose sol. Para inalação Oral	UNIDADE	20
ETP 72	Diproprionato de Beclometasona 250 mcg/dose Sol. p/ Inal. Oral	UNIDADE	10
ETP 73	Epinefrina 1 mg Sol. Inj. (caixa com 100 ampolas)	UNIDADE	2
ETP 74	Espirolactona 100 mg comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	34
ETP 75	Espirolactona 25 mg comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	100
ETP 76	Estriol 1 mg/g Creme	UNIDADE	50
ETP 77	Fenitoína 50mg/mL Sol.Injetável (caixa com 100 ampolas)	UNIDADE	1
ETP 78	Fenitoina 100 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	4000
ETP 79	Fenobarbital 100 mg Comprimido (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	20
ETP 80	Fenobarbital 40 mg/mL sol. Oral	UNIDADE	100
ETP 81	Fluconazol 150 mg Cápsula (caixa com 100 capsulas)	UNIDADE	10
ETP 82	Flumazenil 0,1 mg/mL Sol. Injetável (caixa com 5 ampolas)	UNIDADE	10
ETP 83	Fosfato dissódico de Dexametasona 4 mg/ mL Sol. Injetável	UNIDADE	1500
ETP 84	Fosfato dissódico de Dexametasona 0,5 mg Comprimido (caixa com 20 comprimidos)	UNIDADE	300
ETP 85	Fosfato dissódico de Prednisolona 1 mg mg/mL Sol. Oral	UNIDADE	100
ETP 86	Fosfato dissódico de Prednisolona 3 mg/mL Sol. oral	UNIDADE	100
ETP 87	Furosemida 10 mg/mL Sol. Injetável	UNIDADE	500
ETP 88	Glicerol 120 mg/mL Sol retal	UNIDADE	20
ETP 89	Glicose 50 mg/mL 5(%) 500 mL sol. Inj.	UNIDADE	1000
ETP 90	Haloperidol 5 mg/mL Sol. Injetável (caixa com 50 ampolas)	UNIDADE	2
ETP 91	Haloperidol 1 mg Comprimido (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	3
ETP 92	Haloperidol 2 mg/mL Sol. Oral	UNIDADE	50
ETP 93	haloperidol 5 mg Comprimido (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	25
ETP 94	Hemitartarato de Norepinefrina 2 mg/ mL sol. Injetável	UNIDADE	150
ETP 95	Heparina Sódica 5000 UI/0,25 mL Sol. Injetável (caixa com 50 ampolas)	UNIDADE	1
ETP 96	Hidroclorotiazida 25 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	20
ETP 97	Hidroxido de Aluminio 61,5 mg/mL Susp. Oral(Frasco c/ 100 mL, 150 mL ou 240 mL Susp. Oral	UNIDADE	100
ETP 98	Ibuprofeno 50 mg/mL Susp. Oral	UNIDADE	300
ETP 99	Ibuprofeno 600 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	10
ETP 100	Itraconazol 100 mg Cápsula (caixa com 250)	UNIDADE	3
ETP 101	Lactato de Biperideno 5 mg/mL Sol. Injetável (caixa com 25 ampolas)	UNIDADE	2
ETP 102	Lactulose 667 mg/mL xarope	UNIDADE	50

ETP 103	Levodopa + benserazida 100 mg+ 25 mg Cápsula (caixa com 30 capsulas)	UNIDADE	25
ETP 104	Levodopa + benserazida 200 mg+ 50 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	25
ETP 105	Levodopa + carbidopa 250 mg + 25 mg Comprimido (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	4
ETP 106	Levoiroxina Sódica 25 mcg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	67
ETP 107	Levoiroxina Sódica 50 mcg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	100
ETP 108	Levoiroxina Sódica 100 mcg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	100
ETP 109	Loratadina 1 mg/mL Xarope	UNIDADE	200
ETP 110	Loratadina 10 mg Comprimido (caixa com 360 comprimidos)	UNIDADE	6
ETP 111	Losartana Potássica 50 mg Comprimido (caixa com 960 comprimidos)	UNIDADE	16
ETP 112	Maleato de dexclorfeniramina 2 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	10
ETP 113	Maleato de dexclorfeniramina 0,4 mg/ml xarope (caixa com 60 frascos)	UNIDADE	5
ETP 114	Maleato de Enalapril 10 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	20
ETP 115	Maleato de Enalapril 20 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	20
ETP 116	Maleato de Enalapril 5 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	2
ETP 117	Maleato de timolol 2, 5 mg/mL (0, 25 %) sol. Oftalmica	UNIDADE	10
ETP 118	Maleato de timolol 5 mg/mL (0,5%) sol. Oftalmica	UNIDADE	10
ETP 119	Mesilato de doxazosina 2 mg Comprimido	UNIDADE	600
ETP 120	Metildopa 250 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	12
ETP 121	Metronidazol 100 mg/g (10 %) Gel vaginal	UNIDADE	500
ETP 122	Metronidazol 400 mg Comprimido (caixa com 24 comprimidos)	UNIDADE	84
ETP 123	Metronidazol 250 mg Comprimido (caixa com 600 comprimidos)	UNIDADE	7
ETP 124	Mononitrato de isossorbida 20 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	17
ETP 125	Mononitrato de isossorbida 40 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	17
ETP 126	Nifedipino 10 mg comprimidos (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	84
ETP 127	Nistatina 100.000 UI/mL Susp. Oral	UNIDADE	150
ETP 128	Nitrato de miconazol 2% Creme Vaginal	UNIDADE	200
ETP 129	Nitrofurantoína 100 mg Cápsula (caixa com 28 capsulas)	UNIDADE	10
ETP 130	Óleo mineral (frasco)	UNIDADE	500
ETP 131	Omeprazol 20 mg Cápsula (caixa com 500 capsulas)	UNIDADE	40
ETP 132	Paracetamol 200 mg/mL Sol. Oral	UNIDADE	300
ETP 133	Paracetamol 500 mg Comprimido (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	30
ETP 134	Prednisona 20 mg Comprimido (caixa com 20 comprimidos)	UNIDADE	300
ETP 135	Prednisona 5 mg Comprimido (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	6
ETP 136	Sais para reidratação oral: cloreto de sódio, glicose anidra, cloreto de potássio, citrato de sódio di–hidratado ; Pó para sol. Orl (caixa com 4 envelopes)	UNIDADE	500
ETP 137	Sinvastantina 10 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	50
ETP 138	Sinvastatina 20 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	100
ETP 139	Sinvastatina 40 mg Comprimido (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	100
ETP 140	Solução ringer + lactato : lactato de sódio 3mg/mL + cloreto de sódio 6 mg/mL + cloreto de potássio 0,3 mg/mL + cloreto de cálcio 0,2 mg/mL; Sol. injetável	UNIDADE	500
ETP 141	Succinato de metoprolol 25 mg Comprimido de Liberação Controlada (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	34
ETP 142	Sucnato de Hidrocortizona 100 mg Pó p/ Sol. Injetável (caixa com 50 ampolas)	UNIDADE	10
ETP 143	Sucnato de Hidrocortizona 500 mg Pó p/ Sol. Injetável	UNIDADE	500
ETP 144	Sulfadiazina de prata	UNIDADE	300
ETP 145	Sulfametoxazol + trimetoprima 40 mg/mL + 8 mg/ mL Susp. Oral	UNIDADE	200
ETP 146	Sulfametoxazol + trimetoprima 400 mg + 80 mg Comprimido (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	10
ETP 147	Sulfato de Atropina Sol Inj (caixa com 100 ampolas)	UNIDADE	5
ETP 148	Sulfato de Magnésio 10 % (0,81 mEq/mL Mg ++) Sol. Injetável (caixa com 200 ampolas)	UNIDADE	1
ETP 149	Sulfato de magnésio 50% (4,05 mEq/mL Mg++) Sol injetável (caixa com 200 ampolas)	UNIDADE	1
ETP 150	Sulfato Ferroso 40 mg Comnprimido (caixa com 50 comprimidos)	UNIDADE	200
ETP 151	Sulfato Ferroso 5 mg/ mL xarope	UNIDADE	50
ETP 152	Tiras reagentes de medida de glicemia capilar; (compativel com o aparelho On call Plus usado em maior escala pela a população.)	UNIDADE	15000
ETP 153	Varfarina Sódica	UNIDADE	600
ETP 154	Cloridrato de Metformina 500 mg (caixa com 400 comprimidos)	UNIDADE	200
ETP 155	Cloridrato de Metformina 850 mg (caixa com 200 comprimidos)	UNIDADE	50
ETP 156	Cloridrato de Metoclopramida 10 mg Comp (caixa com 500 comprimidos)	UNIDADE	6
ETP 157	Cloridrato de Metoclopramida 5mg/mL Inj.	UNIDADE	1000
ETP 158	Cloridrato de Ondasetrona 8 mg comprimido (caixa com 10 comprimidos)	UNIDADE	200
ETP 159	Cloridrato de Propranolol 40 mg Comp (caixa com 6000 comprimidos)	UNIDADE	10
ETP 160	Decaonato de haloperidol 50 mg Inj.	UNIDADE	300
ETP 161	Paracetamol 200mg 15ml	UNIDADE	400
ETP 162	Predinisolona acetato 10mg% 5ml	UNIDADE	200
ETP 163	Atropina 0,25mg/ml (cx c/ 100 amp)	UNIDADE	2
ETP 164	Varfarina Sódica 5mg (caixa com 30 comprimidos)	UNIDADE	1

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:
Entrega: 5 (cinco) dias.
A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de fornecimento contínuo.
A contratação do fornecimento, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

6.Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do fornecimento

O adequado equilíbrio entre a demanda requerida e a dimensão da correspondente contratação é fundamental para o seu planejamento e execução, notadamente com o intuito de reduzir ou, até mesmo, de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou, ainda, a necessidade da realização de novo certame, com consequente perda de economia de escala.

O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do consumo delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

7.Levantamento de mercado

Diversas empresas do ramo pertinente podem executar o objeto deste estudo preliminar. Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consulta aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

8.Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO DESTINADA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA PB. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

Destaca-se que a Administração vislumbrou uma maior vantagem econômica em razão da contratação plurianual, após a avaliação das circunstâncias pertinentes, inclusive quanto aos potenciais benefícios e os riscos previsíveis, considerando: a inconveniência da suspensão das atividades cujo desempenho deve ocorrer de modo contínuo; a ampliação do risco de insucesso, haja vista que a multiplicação de contratações, cada qual pactuada por prazo mais curto e com contratados diversos, elevaria a iminência de fracasso; o ônus da renovação constante de procedimentos, pela necessidade de realização de certames permanentemente em decorrência de eventual contratação firmada por um período abreviado, o que acabaria por multiplicar-se os custos e as despesas administrativas; e os ganhos de escala econômica, uma vez que a contração por prazo mais longo propicia previsível redução de dispêndios em vista da ampliação do prazo de execução do contrato, por um único e mesmo contratado. Entende-se, portanto, que a extensão do prazo de vigência do contrato permite, usualmente, a redução dos custos do contratado, o que se refletirá em preços mais vantajosos para a Administração.

Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto do presente estudo técnico preliminar, da forma como se apresenta.

9.Estimativas preliminares dos preços

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização do seguinte parâmetro: pesquisa direta com no mínimo três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de seis meses de antecedência da data de divulgação do edital:

Salienta-se que os fornecedores consultados quando da pesquisa direta realizada, foram escolhidos aleatoriamente dentre os regularmente cadastrados no âmbito desta Administração considerando, além do ramo de atividade pertinente ao objeto da pretensa contratação, o seu desempenho positivo relativamente a contratações já realizadas; sem prejuízo da escolha de outros fornecedores, também de forma aleatória, feita através de consultas a endereços eletrônicos de entidades públicas que realizaram com êxito contrações semelhantes.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado.

A estimativa preliminar total a ser considerada é equivalente a R$ 670.116,65:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	OBS	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
ETP 1	Acetado de Betametasona + Fosfato Dissódico d	...	UNIDADE	100	30,19	3.019,00
ETP 2	Acetado de Hidrocortisona 10 mg /g 1% Creme		UNIDADE	200	12,09	2.418,00
ETP 3	Acetato de Sódio 2 mEq/mL Sol. Injetável (cai	...	UNIDADE	2	550,62	1.101,24
ETP 4	Acetazolamida 250 mg comprimido (caixa com 30	...	UNIDADE	10	15,76	157,60
ETP 5	Aciclovir 200 mg Comprimido (caixa com 30 co	...	UNIDADE	17	9,03	153,51
ETP 6	Aciclovir 50 mg/g (5%) creme		UNIDADE	150	4,52	678,00
ETP 7	Ácido Acetilsalicílico 100 mg comprimido (cai	...	UNIDADE	2	37,60	75,20
ETP 8	Ácido Fólico 5 mg Comprido (caixa com 500 co	...	UNIDADE	16	32,20	515,20
ETP 9	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio) 250 mg C	...	UNIDADE	80	13,79	1.103,20
ETP 10	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio) 50 mg/ m	...	UNIDADE	25	9,32	233,00
ETP 11	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio) 500 mg C	...	UNIDADE	40	48,53	1.941,20
ETP 12	Água p/ Injetáveis 500 mg Sol. Injetável		UNIDADE	5000	15,90	79.500,00
ETP 13	Albendazol 40 mL Susp. Oral		UNIDADE	300	3,50	1.050,00
ETP 14	Albendazol 400 mg Comp (caixa com 100 compri	...	UNIDADE	4	75,24	300,96
ETP 15	Álcool Etílico 70% Solução Lt		UNIDADE	2000	7,70	15.400,00
ETP 16	Alendronato de Sódio 70 mg comprimido (caixa	...	UNIDADE	250	1,62	405,00
ETP 17	Alopurinol 100 mg Comp (caixa com 600 comprim	...	UNIDADE	1	162,20	162,20
ETP 18	Amoxicilina pó p/ Susp. 50/mL		UNIDADE	4000	26,99	107.960,00

ETP 19	Amoxicilina + Clavulonato de Potácio 50/mL+12	...	UNIDADE	200	32,79	6.558,00
ETP 20	Amoxicilina 500 mg Cápsula (caixa com 500 cap	...	UNIDADE	20	171,95	3.439,00
ETP 21	Anlodipino 10 mg (caixa com 30 comprimidos)		UNIDADE	67	2,58	172,86
ETP 22	Anlodipino 5 mg (caixa com 30 comprimidos)		UNIDADE	67	1,40	93,80
ETP 23	Atenolol 25 mg Comp (caixa com 600 comprimid	...	UNIDADE	100	31,56	3.156,00
ETP 24	Atenolol 50 mg Comp. (caixa com 30 comprimid	...	UNIDADE	1000	2,19	2.190,00
ETP 25	Azitromicina 40 mg/mL		UNIDADE	300	31,99	9.597,00
ETP 26	Azitromicina 500 mg (caixa com 300 comprimid	...	UNIDADE	67	1,44	96,48
ETP 27	Benzilpenicilina Benzantina 1.200.000 Ui Pó	...	UNIDADE	2500	8,37	20.925,00
ETP 28	Benzilpenicilina Benzantina 1.200.000 UI Susp	...	UNIDADE	500	19,29	9.645,00
ETP 29	Brometro de Ipratópio		UNIDADE	50	1,93	96,50
ETP 30	Budezonida 32 mcg Susp. Para Inação		UNIDADE	50	19,34	967,00
ETP 31	Captopril 25 mg Comp (caixa com 750 comprimid	...	UNIDADE	14	46,72	654,08
ETP 32	Carbamazepina 200 mg comp (caixa com 500 comp	...	UNIDADE	500	139,75	69.875,00
ETP 33	Carbazapina Susp 20 mg/mL		UNIDADE	300	15,19	4.557,00
ETP 34	Carbegolina 0,5 Comp.		UNIDADE	60	14,24	854,40
ETP 35	Carbonatode Litio 300 mg (caixa com 60 compri	...	UNIDADE	34	0,45	15,30
ETP 36	Carverdilol 25 mg (caixa com 30 comprimidos)		UNIDADE	30	6,45	193,50
ETP 37	Cefalexina 50 mg/mL Sup.		UNIDADE	300	30,17	9.051,00
ETP 38	Cefalexina 500 mg Cáp. (caixa com 10 capsulas	...	UNIDADE	1500	1,07	1.605,00
ETP 39	Ceftriaxona 500 mg		UNIDADE	800	18,80	15.040,00
ETP 40	Ceftriaxona 1 g Inj		UNIDADE	2000	5,94	11.880,00
ETP 41	Ciprofloxacino 500 mg (caixa com 14 comprimid	...	UNIDADE	450	13,30	5.985,00
ETP 42	Clonazepan 2,5 mg/mL		UNIDADE	100	3,87	387,00
ETP 43	Cloreto de Potássio 2,56 M EQ /mL (19,1%)		UNIDADE	100	1,10	110,00
ETP 44	Cloreto de Sodio 3,4 MEQ /mL (20%) (caixa 2	...	UNIDADE	50	1,30	65,00
ETP 45	Cloretro de Prometazina 25 mg Sol. Inj		UNIDADE	5000	3,60	18.000,00
ETP 46	Cloridrato de Amiodarona 50 mg/ mL Sol. Inj	...	UNIDADE	200	3,90	780,00
ETP 47	Cloridrato de Amitriptilina 25 mg comp. (caix	...	UNIDADE	1700	1,91	3.247,00
ETP 48	Cloridrato de Bipirideno 2 mg Comp (caixa com	...	UNIDADE	188	44,59	8.382,92
ETP 49	Cloridrato de prometazina a 25 mg Comp (CAIXA	...	UNIDADE	750	7,59	5.692,50
ETP 50	Cloridrato de Clopromazina 5 mg Sol. Inj		UNIDADE	50	2,85	142,50
ETP 51	Cloridarto de Clorpomazina 25 mg		UNIDADE	900	1,29	1.161,00
ETP 52	Dopamina 5mg Inj		UNIDADE	100	4,95	495,00
ETP 53	Cloridrato de Fluoxetina 20 mg Cápsula (caixa	...	UNIDADE	60	75,25	4.515,00
ETP 54	Hidrazalina 25 mg (caixa com 20 drageas)		UNIDADE	10	13,60	136,00
ETP 55	Cloridrato de Lidocaina 2% Gel		UNIDADE	2000	7,50	15.000,00
ETP 56	Cloridrato de Lidocaina 100 mg/mL spray		UNIDADE	20	65,90	1.318,00
ETP 57	Lidocaina 20 mg/mL 2% Inj		UNIDADE	400	7,30	2.920,00
ETP 58	Cloridrato de Lidocaina +Hermitatarato de Epi	...	UNIDADE	20	24,56	491,20
ETP 59	Cloridrato de Lidocaina +Hermitatarato de Epi	...	UNIDADE	20	14,34	286,80
ETP 60	Dexametasona 4 mg Comp.		UNIDADE	200	3,65	730,00
ETP 61	Diazepam 10 mg Comprimido (caixa com 1000 com	...	UNIDADE	6	82,80	496,80
ETP 62	Diazepam 5 mg Comprimido (caixa com 200 compr	...	UNIDADE	15	12,88	193,20
ETP 63	Diazepam 5 mg/mL Sol. Injetável		UNIDADE	300	1,50	450,00
ETP 64	Digliconato de Clorexidina 0, 12% Sol. Bucal		UNIDADE	50	23,90	1.195,00
ETP 65	Digliconato de clorexidina 2 a 4 % Sol. P/ u	...	UNIDADE	100	24,00	2.400,00
ETP 66	Digoxina 0,25 mg Comprimido (caixa com 30 com	...	UNIDADE	65	11,69	759,85
ETP 67	Dinitrato de Isossorbida 5 mg Comprimido Sub	...	UNIDADE	1000	11,99	11.990,00
ETP 68	Dipirona 500 mg /mL sol. Inj		UNIDADE	2000	1,80	3.600,00
ETP 69	Dipirona 500 mg Comprimido		UNIDADE	84	53,54	4.497,36
ETP 70	Diproprionato de Beclometasona 200 mcg/dose	...	UNIDADE	10	43,88	438,80
ETP 71	Diproprionato de Beclometasona 50 mcg/dose s	...	UNIDADE	20	33,00	660,00
ETP 72	Diproprionato de Beclometasona 250 mcg/dose S	...	UNIDADE	10	37,79	377,90
ETP 73	Epinefrina 1 mg Sol. Inj. (caixa com 100 ampo	...	UNIDADE	2	1,95	3,90
ETP 74	Espirolactona 100 mg comprimido (caixa com 30	...	UNIDADE	34	29,47	1.001,98
ETP 75	Espirolactona 25 mg comprimido (caixa com 30	...	UNIDADE	100	9,29	929,00
ETP 76	Estriol 1 mg/g Creme		UNIDADE	50	17,20	860,00
ETP 77	Fenitoína 50mg/mL Sol.Injetável (caixa com 1	...	UNIDADE	1	3,00	3,00
ETP 78	Fenitoina 100 mg Comprimido (caixa com 30 com	...	UNIDADE	4000	6,49	25.960,00
ETP 79	Fenobarbital 100 mg Comprimido (caixa com 20	...	UNIDADE	20	42,89	857,80
ETP 80	Fenobarbital 40 mg/mL sol. Oral		UNIDADE	100	5,75	575,00
ETP 81	Fluconazol 150 mg Cápsula (caixa com 100 cap	...	UNIDADE	10	83,84	838,40
ETP 82	Flumazenil 0,1 mg/mL Sol. Injetável (caixa c	...	UNIDADE	10	9,67	96,70
ETP 83	Fosfato dissódico de Dexametasona 4 mg/ mL S	...	UNIDADE	1500	2,52	3.780,00
ETP 84	Fosfato dissódico de Dexametasona 0,5 mg Com	...	UNIDADE	300	12,35	3.705,00
ETP 85	Fosfato dissódico de Prednisolona 1 mg mg/mL	...	UNIDADE	100	21,29	2.129,00
ETP 86	Fosfato dissódico de Prednisolona 3 mg/mL Sol	...	UNIDADE	100	13,57	1.357,00
ETP 87	Furosemida 10 mg/mL Sol. Injetável		UNIDADE	500	1,55	775,00
ETP 88	Glicerol 120 mg/mL Sol retal		UNIDADE	20	12,60	252,00
ETP 89	Glicose 50 mg/mL 5(%) 500 mL sol. Inj.		UNIDADE	1000	7,55	7.550,00
ETP 90	Haloperidol 5 mg/mL Sol. Injetável (caixa co	...	UNIDADE	2	2,79	5,58
ETP 91	Haloperidol 1 mg Comprimido (caixa com 200 co	...	UNIDADE	3	55,90	167,70
ETP 92	Haloperidol 2 mg/mL Sol. Oral		UNIDADE	50	18,29	914,50
ETP 93	haloperidol 5 mg Comprimido (caixa com 200 co	...	UNIDADE	25	51,60	1.290,00
ETP 94	Hemitartarato de Norepinefrina 2 mg/ mL sol.	...	UNIDADE	150	6,89	1.033,50

ETP 95	Heparina Sódica 5000 UI/0,25 mL Sol. Injetáv	...	UNIDADE	1	9,03	9,03
ETP 96	Hidroclorotiazida 25 mg Comprimido (caixa co	...	UNIDADE	20	21,50	430,00
ETP 97	Hidroxido de Aluminio 61,5 mg/mL Susp. Oral(	...	UNIDADE	100	17,95	1.795,00
ETP 98	Ibuprofeno 50 mg/mL Susp. Oral		UNIDADE	300	19,17	5.751,00
ETP 99	Ibuprofeno 600 mg Comprimido (caixa com 500 c	...	UNIDADE	10	150,50	1.505,00
ETP 100	Itraconazol 100 mg Cápsula (caixa com 250)		UNIDADE	3	1,48	4,44
ETP 101	Lactato de Biperideno 5 mg/mL Sol. Injetável	...	UNIDADE	2	83,07	166,14
ETP 102	Lactulose 667 mg/mL xarope		UNIDADE	50	19,39	969,50
ETP 103	Levodopa + benserazida 100 mg+ 25 mg Cápsula	...	UNIDADE	25	2,24	56,00
ETP 104	Levodopa + benserazida 200 mg+ 50 mg Comprimi	...	UNIDADE	25	3,17	79,25
ETP 105	Levodopa + carbidopa 250 mg + 25 mg Comprimi	...	UNIDADE	4	1,33	5,32
ETP 106	Levoiroxina Sódica 25 mcg Comprimido (caixa	...	UNIDADE	67	8,78	588,26
ETP 107	Levoiroxina Sódica 50 mcg Comprimido (caixa	...	UNIDADE	100	9,64	964,00
ETP 108	Levoiroxina Sódica 100 mcg Comprimido (caixa	...	UNIDADE	100	7,99	799,00
ETP 109	Loratadina 1 mg/mL Xarope		UNIDADE	200	4,73	946,00
ETP 110	Loratadina 10 mg Comprimido (caixa com 360 c	...	UNIDADE	6	40,82	244,92
ETP 111	Losartana Potássica 50 mg Comprimido (caixa c	...	UNIDADE	16	82,56	1.320,96
ETP 112	Maleato de dexclorfeniramina 2 mg Comprimido	...	UNIDADE	10	43,00	430,00
ETP 113	Maleato de dexclorfeniramina 0,4 mg/ml xarope	...	UNIDADE	5	3,00	15,00
ETP 114	Maleato de Enalapril 10 mg Comprimido (caixa	...	UNIDADE	20	30,10	602,00
ETP 115	Maleato de Enalapril 20 mg Comprimido (caixa	...	UNIDADE	20	43,00	860,00
ETP 116	Maleato de Enalapril 5 mg Comprimido (caixa	...	UNIDADE	2	40,55	81,10
ETP 117	Maleato de timolol 2, 5 mg/mL (0, 25 %) sol.	...	UNIDADE	10	11,00	110,00
ETP 118	Maleato de timolol 5 mg/mL (0,5%) sol. Oftal	...	UNIDADE	10	20,36	203,60
ETP 119	Mesilato de doxazosina 2 mg Comprimido		UNIDADE	600	7,50	4.500,00
ETP 120	Metildopa 250 mg Comprimido (caixa com 500 c	...	UNIDADE	12	344,00	4.128,00
ETP 121	Metronidazol 100 mg/g (10 %) Gel vaginal		UNIDADE	500	10,53	5.265,00
ETP 122	Metronidazol 400 mg Comprimido (caixa com 24	...	UNIDADE	84	0,70	58,80
ETP 123	Metronidazol 250 mg Comprimido (caixa com 600	...	UNIDADE	7	193,44	1.354,08
ETP 124	Mononitrato de isossorbida 20 mg Comprimido	...	UNIDADE	17	7,15	121,55
ETP 125	Mononitrato de isossorbida 40 mg Comprimido	...	UNIDADE	17	16,69	283,73
ETP 126	Nifedipino 10 mg comprimidos (caixa com 30 c	...	UNIDADE	84	5,26	441,84
ETP 127	Nistatina 100.000 UI/mL Susp. Oral		UNIDADE	150	14,99	2.248,50
ETP 128	Nitrato de miconazol 2% Creme Vaginal		UNIDADE	200	16,70	3.340,00
ETP 129	Nitrofurantoína 100 mg Cápsula (caixa com 28	...	UNIDADE	10	7,18	71,80
ETP 130	Óleo mineral (frasco)		UNIDADE	500	5,59	2.795,00
ETP 131	Omeprazol 20 mg Cápsula (caixa com 500 capsu	...	UNIDADE	40	43,00	1.720,00
ETP 132	Paracetamol 200 mg/mL Sol. Oral		UNIDADE	300	5,49	1.647,00
ETP 133	Paracetamol 500 mg Comprimido (caixa com 200	...	UNIDADE	30	23,64	709,20
ETP 134	Prednisona 20 mg Comprimido (caixa com 20 co	...	UNIDADE	300	4,86	1.458,00
ETP 135	Prednisona 5 mg Comprimido (caixa com 500 co	...	UNIDADE	6	53,75	322,50
ETP 136	Sais para reidratação oral: cloreto de sódio,	...	UNIDADE	500	16,09	8.045,00
ETP 137	Sinvastantina 10 mg Comprimido (caixa com 30	...	UNIDADE	50	4,12	206,00
ETP 138	Sinvastatina 20 mg Comprimido (caixa com 30 c	...	UNIDADE	100	3,87	387,00
ETP 139	Sinvastatina 40 mg Comprimido (caixa com 30 c	...	UNIDADE	100	7,57	757,00
ETP 140	Solução ringer + lactato : lactato de sódio 3	...	UNIDADE	500	16,90	8.450,00
ETP 141	Succinato de metoprolol 25 mg Comprimido de	...	UNIDADE	34	14,39	489,26
ETP 142	Sucnato de Hidrocortizona 100 mg Pó p/ Sol. I	...	UNIDADE	10	4,32	43,20
ETP 143	Sucnato de Hidrocortizona 500 mg Pó p/ Sol.	...	UNIDADE	500	8,45	4.225,00
ETP 144	Sulfadiazina de prata		UNIDADE	300	15,19	4.557,00
ETP 145	Sulfametoxazol + trimetoprima 40 mg/mL + 8	...	UNIDADE	200	12,04	2.408,00
ETP 146	Sulfametoxazol + trimetoprima 400 mg + 80	...	UNIDADE	10	64,48	644,80
ETP 147	Sulfato de Atropina Sol Inj (caixa com 100 a	...	UNIDADE	5	124,50	622,50
ETP 148	Sulfato de Magnésio 10 % (0,81 mEq/mL Mg ++)	...	UNIDADE	1	1,72	1,72
ETP 149	Sulfato de magnésio 50% (4,05 mEq/mL Mg++) S	...	UNIDADE	1	9,64	9,64
ETP 150	Sulfato Ferroso 40 mg Comnprimido (caixa com	...	UNIDADE	200	6,88	1.376,00
ETP 151	Sulfato Ferroso 5 mg/ mL xarope		UNIDADE	50	11,19	559,50
ETP 152	Tiras reagentes de medida de glicemia capilar	...	UNIDADE	15000	0,90	13.500,00
ETP 153	Varfarina Sódica		UNIDADE	600	1,48	888,00
ETP 154	Cloridrato de Metformina 500 mg (caixa com 40	...	UNIDADE	200	94,60	18.920,00
ETP 155	Cloridrato de Metformina 850 mg (caixa com 20	...	UNIDADE	50	47,30	2.365,00
ETP 156	Cloridrato de Metoclopramida 10 mg Comp (caix	...	UNIDADE	6	53,75	322,50
ETP 157	Cloridrato de Metoclopramida 5mg/mL Inj.		UNIDADE	1000	1,10	1.100,00
ETP 158	Cloridrato de Ondasetrona 8 mg comprimido (ca	...	UNIDADE	200	4,20	840,00
ETP 159	Cloridrato de Propranolol 40 mg Comp (caixa c	...	UNIDADE	10	486,60	4.866,00
ETP 160	Decaonato de haloperidol 50 mg Inj.		UNIDADE	300	9,80	2.940,00
ETP 161	Paracetamol 200mg 15ml		UNIDADE	400	2,09	836,00
ETP 162	Predinisolona acetato 10mg% 5ml		UNIDADE	200	22,59	4.518,00
ETP 163	Atropina 0,25mg/ml (cx c/ 100 amp)		UNIDADE	2	1,35	2,70
ETP 164	Varfarina Sódica 5mg (caixa com 30 comprimido	...	UNIDADE	1	12,19	12,19
					Total	670.116,65

Observação: as especificações do objeto estão discriminadas no item 5 deste Estudo Técnico Preliminar.

10.Descrição da solução como um todo

Conforme os elementos apresentados, a solução é: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO DESTINADA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA PB. Entende–se que o fornecimento poderá ser realizado na forma parcelada e no Sistema de Registro de Preços.

11.Justificativa para o parcelamento ou não da solução

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contração tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será dividido em itens, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não deve incidir outra possibilidade de parcelamento, quer seja no modo formal, não permitindo cotação de quantidade inferior à demandada no ato convocatório, para evitar a ocorrência inviável, no contexto operacional, de mais de um certame ou adjudicatário por item e o consequente prejuízo da economia de escala; quer seja na forma material, não sendo admitida a participação de consórcio. No entanto, poderá ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

As regulares dimensão e complexidade do objeto desta contratação bem como as circunstâncias concretas do mercado correspondente, não requerem a associação entre proponentes, haja vista a existência de inúmeras empresas aptas a preencherem as condições específicas exigidas no presente certame. Nesse contexto, entende-se que a formação de consórcios acarretaria risco da dominação de mercado, através de pactos para eliminar a competição, reduzindo o universo da disputa, podendo retratar na composição entre eventuais interessados, que em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo, na figura do consócio, para suprimir a concorrência no processo, prejudicando, em última análise, a obtenção de proposta mais vantajosa.

12.Resultados pretendidos

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO DESTINADA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA PB.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em análise, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

13.Providências para adequação do ambiente da Administração

Verificou-se não haver a necessidade iminente de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Administração em decorrência da execução do objeto da contratação.

14.Análise de risco

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais à contratação do presente fornecimento deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

15.Requisitos específicos para a contratação

Observado o disposto na legislação pertinente, os aspectos e as características da despesa, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, entende-se que o certame a ser deflagrado deverá ainda contemplar requisitos específicos, compreendidos: o critério de julgamento definido de menor preço; a inexistência da possibilidade de participação da pessoa física; o caráter não sigiloso do orçamento estimado da contratação e a não permissão da participação de sociedades cooperativas.

16.Conclusão

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Santa Helena - PB, 03 de Abril de 2025.

VITÓRIA STHEPHANNY PEREIRA DA SILVA
Coordenadora